

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO RIO DE JANEIRO DURANTE E APÓS A PANDEMIA: A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO POPULAR

Fabiane de Santana Falci – UERJ – fabianefalci@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho objetiva compreender a Reforma do Ensino Médio editada pela lei 13.415 (BRASIL, 2017) e de sua Base Nacional Comum Curricular (BNCC - Resolução CNE/CP N° 2, 2017). Para isso, busca-se examinar a implantação de tais normativas no Estado do Rio de Janeiro, durante e após o período pandêmico, delimitando o período que vai do ano de 2017 ao ano de 2023, analisando por uma perspectiva histórica e social, o desenvolver desta política nacional de educação. Além disso, compreender os efeitos desta Reforma para a educação das classes populares e para os professores, através da Contextualização do período de aprovação da Reforma e da BNCC, bem como sua posterior implantação no Estado do Rio de Janeiro e o debate que a cerca. Constatou-se que a Reforma do Ensino Médio, a partir de um discurso de modernização do currículo, trouxe diversas dificuldades para as escolas, principalmente aquelas mantidas pelos entes públicos, em especial as escolas estaduais do Rio de Janeiro, para cumprirem com sua função social, a transmissão e assimilação de saberes elaborados, acarretando no aprofundamento das desigualdades no Ensino Médio brasileiro.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio. BNCC. Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

A Reforma do Ensino Médio foi iniciada como Medida Provisória (MP) em setembro de 2016 e aprovada através da Lei 13.415 aprovada em 16 de setembro de 2017, já a BNCC foi apresentada através da Resolução CNE/CP N° 2, de 22 de dezembro de 2017, e somente aprovada em 14 de dezembro de 2018. Até que, em dezembro de 2020, foi publicada a versão preliminar do Documento de Orientação Curricular para o Ensino Médio – DOC-RJ.

O contexto de aprovação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC passa pela história política do Brasil, pois avançou após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Com Michel Temer no governo há 22 dias, foi encaminhado ao Congresso Nacional a Medida Provisória (MP) nº746, de 22 de setembro de 2016, que depois se tornou a Lei nº 13.415 de 2017.

A Medida Provisória desconsiderou as discussões sobre as alterações do Projeto de Lei, e de forma impositiva instituiu a Reforma do Ensino Médio. Cabe destacar que a velocidade com que a MP e a Lei foram produzidas não se justifica, pois para a implantação

da Reforma, foi necessário aguardar a elaboração da BNCC Ensino Médio, apenas aprovada dois anos depois, no final de 2018.

Além disso, nos anos seguintes a aprovação da Reforma, o mundo passou pela pandemia de COVID 19, que teve início em 2020, e evidenciou o abismo social e educacional em que vivem as classes mais pobres. Devido à necessidade de isolamento social, de um momento para o outro, alunos e professores se viram diante de um sistema de ensino remoto. De um lado professores sem recursos tecnológicos ou com computadores ultrapassados, do outro lado alunos das classes populares sem computadores, celulares, sem internet ou com sinal instável, baixa velocidade e em aparelhos pré-pagos.

Neste cenário caótico, de instabilidade política e de crise sanitária mundial, o governo brasileiro segue com a Reforma do Ensino Médio, avançando sobre as escolas, por meio de sua implantação nos estados.

DESENVOLVIMENTO

No final de 2022 as escolas estaduais do Rio de Janeiro retomaram o ensino presencial, que havia sido interrompido pela pandemia de Covid19, sem nenhuma política educacional para minimizar ou reduzir os danos que o afastamento escolar causou.

É nesse contexto que Estado do Rio de Janeiro inicia a implantação da Reforma do Ensino Médio, com um novo currículo para a primeira série em 2022 e em 2023 para a segunda série, em 2024 será a vez da terceira passar pela Reforma., concluindo o ciclo de implantação da Reforma nas três séries .

Por sua vez, a BNCC traz as competências e habilidades, de acordo com seu texto devem ser desenvolvidas através da reflexão e do trabalho do professor no dia a dia do estudante. Esta reflexão traz para a prática docente a necessidade de se pensar uma concepção de educação, de criança, de currículo, de avaliação, dentre outros elementos centrais para as ações pedagógicas. No entanto, pelo fato de a BNCC ser um documento de caráter obrigatório e, por isso, prescritivo, observa-se pouca margem para que docentes e discentes decidam sobre as próprias práticas curriculares.

Esta normativa, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), só poderá ter seu conteúdo modificado a partir das correlações de forças na sociedade, por se tratar de uma resolução, e, antes de tudo uma política de governo. Ela determina o que deve ser ensinado, de

que forma ensinar e como avaliar. Para Arroyo (2016, p.16), a BNCC contribui para uma “visão extremamente negativa, desqualificada dos professores: entrega-lhes o cardápio intelectual pronto e reduz a sua função a requeantar a marmitta”.

Diante da obrigatoriedade de implantação da Reforma, o Estado do Rio de Janeiro instituiu um comitê para dar seguimento às ações previstas na lei federal.

“A ação inaugural da secretaria, realizada entre os meses de fevereiro e março de 2021, foi disponibilizar um questionário pela plataforma Google Formulários para profissionais da educação e estudantes das unidades escolares do estado sobre a oferta do NEM, a fim de obter alguma interlocução com aqueles/as que estavam no chão da escola.” (Pereira, Ciavata e Gawryszewski, 2022, p.473)

Dessa maneira, percebe-se um distanciamento na participação dos professores nas decisões da Secretária de Educação, e na implantação da Reforma, pois se inicia apenas com um questionário online. Percebe-se a relação desproporcional entre a amplitude da Reforma e a maneira como esta é posta aos professores, agravando ainda mais o fato de ter avançado quando o país sofria as consequências da pandemia de COVID 19.

O distanciamento social provocado pela pandemia, às aulas remotas, a dificuldade de acesso a uma tecnologia adequada, somando ao aprofundamento da crise social, política e econômica pela qual a população passava, foram fatores de contribuíram para o avanço da Reforma com pouca e ineficiente participação dos professores.

“Ao final da etapa de consulta, houve a etapa regional de discussão sobre a BNCC e o Novo Ensino Médio, quando o canal oficial da SEEDUC-RJ realizou lives com as diretorias regionais, nos dias 30 de junho e 1º de julho de 2021. Algumas escolas foram convidadas a apresentar os debates em suas unidades e, no chat dessas lives, diversos/as participantes afirmaram não ter sido comunicados/as sobre qualquer processo de debate, tecendo

críticas à reforma do ensino médio e aos problemas já vivenciados na rede estadual.” (Pereira, Ciavata e Gawryszewski, 2022, p.473)

Neste período pós-pandêmico, os professores, estudantes, sindicatos e organizações da sociedade civil estão em luta pela revogação da Reforma do Ensino Médio, considerada uma perda para a educação das classes populares (Freitas, 2018), pois retira do currículo matérias como Sociologia e Filosofia, para colocar no lugar os itinerários formativos, formados por assuntos que não possuem preocupação com o conhecimento científico.

CONCLUSÃO

A implantação da Reforma do Ensino Médio no Estado do Rio de Janeiro não considerou os dois anos de pandemia, com aulas remotas, alunos afastados das escolas, com grandes perdas educacionais e emocionalmente abalados.

Também não foi considerada a fala dos professores contra essa reforma, as discussões ocorreram através de questionário enviado por meio de link, durante o período da pandemia, desta maneira a autonomia docente foi submetida a uma lei, elaborada e aprovada por quem não está próximo à realidade das escolas.

No cenário atual, existe uma busca intensa pela revogação da Reforma do Ensino Médio, tendo o governo federal aberto consultas públicas para definir as modificações necessárias, porém as consultas permanecem online, com pouquíssima participação dos professores.

Além disso, o Governo Federal enviou ao Congresso um Projeto de Lei que prevê modificações no projeto, com a volta das matérias retiradas pela Reforma Sociologia, Filosofia, Artes e Espanhol em toda a rede, em um prazo de três anos.

Percebemos que o debate sobre a Educação no Brasil e em especial no Estado do Rio de Janeiro precisa ser ampliado. Incluir o professor e dar voz nas decisões que modificam as relações educacionais, sociais e políticas, pois é o professor que está na linha de frente das demandas da educação e sociais. O respeito à profissão docente precisa ser debatido na educação, na sociedade e na política, a fim de avançarmos na construção de uma sociedade com mais diálogo, e, portanto mais justa.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. Petrópolis- RJ. Editora Vozes; 5ª edição. 2013.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 15, de 4 de dezembro de 2018. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio – BNCC-EM, como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Brasília, DF, 2018a.

BRASIL. Lei n. 13467, de 13 de julho de 2017. Altera a CLT – Decreto Lei n.5452, de 01 de maio de 1943. *Diário da Oficial da União*, Brasília, 14 jul. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. *Base nacional comum curricular*. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 21 out. 2023.

FREITAS. Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

NICODEMOS, Alessandra & SERRA, Enio. Educação de jovens e adultos em contexto pandêmico: entre o remoto e a invisibilidade nas políticas curriculares. *Currículo sem Fronteiras*, online, v. 20. n. 3, p. 871- 892, set./dez. 2020.

PEREIRA, N. S., CIAVATTA, M., & GAWRYSZEWSKI, B. (2022). *O processo da reforma do ensino médio no Rio de Janeiro*. *Retratos Da Escola*, 16(35), 463–481. <https://doi.org/10.22420/rde.v16i35.1398>